

Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.

*Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2014
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Penalidade pelo atraso na construção da planta de geração de energia elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras, a Companhia não concluiu, no prazo de 1 de julho de 2014, a construção de sua planta de geração de energia elétrica. Desde a referida data, a Administração protocolou sucessivamente quatro pedidos de postergação de prazo e isenção de penalidades na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Considerando o atual estágio de construção da planta de geração de energia, não foi possível nos satisfazermos quanto à inexistência de eventuais impactos financeiros que possam vir a afetar negativamente de forma material as demonstrações financeiras da Companhia.

Opinião com ressalva


Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se na fase pré-operacional de construção de sua planta de geração eólica. Em 31 de dezembro de 2014, o sucesso das operações futuras e o equilíbrio do capital circulante líquido, que encontra-se negativo em R\$94.343 mil, dependem do suporte financeiro dos acionistas até a conclusão da construção da planta de geração eólica e o pagamento dos passivos de curto prazo. A não confirmação do referido suporte financeiro coloca em dúvida a continuidade dos negócios da Companhia, já que a mesma não tem geração própria de caixa para saldar os seus compromissos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	16
Aplicação financeira	5	4	12.469
Impostos a recuperar		76	-
Outros		4	1
Total dos ativos circulantes		<u>100</u>	<u>12.486</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	6	115.951	58.068
Intangível	7	974	359
Total dos ativos não circulantes		<u>116.925</u>	<u>58.427</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>117.025</u>	<u>70.913</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	8	8.734	221
Debêntures	9	85.685	58.584
Obrigações fiscais		24	72
Total dos passivos circulantes		<u>94.443</u>	<u>58.877</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para custos socioambientais e desmobilização	10	3.668	1.083
		<u>3.668</u>	<u>1.083</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	11 a	21.595	11.885
Prejuízos acumulados		(2.681)	(932)
Total do patrimônio líquido		<u>18.914</u>	<u>10.953</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>117.025</u>	<u>70.913</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços profissionais contratados		(188)	(109)
Despesas com seguros		(16)	-
Impostos e taxas e publicações		(71)	(182)
Depreciações e amortizações	6	(6)	(6)
Despesas administrativas		(8)	(4)
		<u>(289)</u>	<u>(301)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(289)</u>	<u>(301)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(1.326)	(334)
Receitas financeiras		<u>273</u>	<u>53</u>
		<u>(1.053)</u>	<u>(281)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.342)	(582)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(407)</u>	<u>(103)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.749)</u>	<u>(685)</u>
Prejuízo do exercício por ação em reais	11 c	<u>(15,99)</u>	<u>(10,27)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo do exercício		(1.749)	(685)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício		<u>(1.749)</u>	<u>(685)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - NÃO AUDITADO		5.509	-	5.509	(247)	7.821
Recursos para aumento de capital		-	-	3.817	-	3.817
Integralização de Capital em 26 de setembro de 2013		6.376	-	(6.376)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(685)	(685)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		11.885	-	11.885	(932)	10.953
Subscrição de Capital:						
31 de outubro	11	1.870	(1.870)	-	-	-
31 de dezembro		15.000	(15.000)	-	-	-
Integralização de Capital:						
mês de outubro		-	320	320	-	320
mês de dezembro		-	9.390	9.390	-	9.390
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.749)	(1.749)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		28.755	(7.160)	21.595	(2.681)	18.914

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014	2013
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.342)	(582)
Depreciação e amortização	6	6	6
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Aumento) redução de impostos a recuperar		(76)	(1)
(Aumento) redução de outros créditos		(3)	1
Aumento (redução) em obrigações fiscais		62	79
Imposto de renda e contribuição social pago		(110)	(9)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(1.463)</u>	<u>(506)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação financeira	5	12.058	(12.572)
Aquisição de imobilizado	6	(37.747)	(46.952)
Aumento intangível	7	(615)	(358)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(26.304)</u>	<u>(59.882)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Debêntures	9	18.057	56.586
Recursos para aumento de capital	11 c	-	3.817
Integralização de capital	11 c	9.710	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>27.767</u>	<u>60.403</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>0</u>	<u>15</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16	16
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>0</u>	<u>15</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

CENTRAL EÓLICA TAMANDUÁ MIRIM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. (“Companhia”), com sede na Praça XV de Novembro, 34, 10º andar, foi constituída em 28 de outubro de 2011, tendo como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, especificamente para a implantação do projeto denominado Tamanduá Mirim, localizado no município de Pindaí, Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela BW Guirapá I S.A.

A Companhia faz parte de um parque eólico que está composto pelas seguintes centrais eólicas:

	<u>Capacidade de produção instalada</u>	<u>Data prevista para entrada em operação</u>
Central Eólica Angical	12,95 MW	30/04/2015
Central Eólica Caititu	22,20 MW	01/07/2015
Central Eólica Coqueirinho	29,60 MW	01/07/2015
Central Eólica Corrupião	27,75 MW	30/04/2015
Central Eólica Inhambu	31,45 MW	15/05/2015
Central Eólica Tamanduá Mirim	29,60 MW	01/07/2015
Central Eólica Teiú	16,65 MW	30/04/2015

A CE Tamanduá Mirim foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 52, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 24,0 MW e 13,6 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 29,6 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 45, de 13 de fevereiro de 2014.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$130.000 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Os contratos de reserva de energia foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos a contar da data inicialmente planejada para início do período de suprimento, que deverá ocorrer em julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e enquanto não inicia suas operações, suas atividades são mantidas através de recursos dos acionistas e de terceiros. A Companhia apresentava capital circulante líquido negativo em R\$94.343. A Administração entende que tal situação será revertida mediante recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

1.1. Comercialização de energia

<u>Empresa do grupo</u>	<u>Compradora</u>	<u>Prazo</u>	<u>Valor total do contrato (em R\$mil/ano)</u>	<u>Montante vendido (MW h/ano)</u>	<u>Preço (MWh em R\$)</u>	<u>Índice de correção</u>
Central Eólica Angical S.A.	CCEE	20 anos	5.255	52.560	99,98	IPCA
Central Eólica Caititu S.A.	CCEE	20 anos	9.196	91.980	99,98	IPCA
Central Eólica Coqueirinho S.A.	CCEE	20 anos	11.467	118.260	96,97	IPCA
Central Eólica Corrupião S.A.	CCEE	20 anos	11.637	120.012	96,97	IPCA
Central Eólica Inhambu S.A.	CCEE	20 anos	13.166	135.780	96,97	IPCA
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	CCEE	20 anos	11.552	119.136	96,97	IPCA
Central Eólica Teiú S.A.	CCEE	20 anos	7.181	71.832	99,98	IPCA

1.2. Questões ambientais

Atualmente, a Companhia está executando os programas básicos ambientais contemplados na Licença de Instalação, já tendo atendido todas as condicionantes relativas à Licença Prévia.

As Centrais Eólicas Angical, Corrupião e Teiú, já obtiveram a Licença de Operação (LO) pelo prazo de 5 anos, concedida pelo INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por intermédio da publicação da Portaria nº 9.391 de 6 de março de 2015, no Diário Oficial do Estado da Bahia em 07 de março de 2015.

A Companhia está aguardando a concessão da Licença de Operação para o mês de julho de 2015, a qual terá os mesmos programas socioambientais listados na LO concedida aos outros parques, que são os seguintes:

- Plano de Controle e Monitoramento de Ruído;
- Programa de Sinalização e Controle de Tráfego;
- Programa de monitoramento dos Recursos Hídricos, dos cursos d'água existentes na área de influência direta;
- Plano de Gerenciamento de Risco;
- Plano de Segurança e Emergência, contemplando a capacitação e treinamentos para a atuação de emergências e incêndios;
- Plano de Segurança e Controle de Emissão de Partículas;
- Plano de Manutenção Preventiva para os equipamentos do parque eólico e subestação de energia;
- Realizar a manutenção dos sistemas de drenagem superficial e revegetação dos taludes de corte e aterro;
- Implantar os leitos de secagem na ETE do canteiro de obras;
- Continuar utilizando o efluente oriundo da ETE bem como a água da CSAO;

- Dar continuidade ao Plano de Monitoramento de Fauna para os grupos de avifauna e quiropterofauna, contemplando ações de salvamento de animais feridos, que se fizerem necessários ao longo da operação do empreendimento;
- Programa de Comunicação Social e Monitoramento de Indicadores socioeconômicos;
- Programa de Educação Ambiental dando ênfase na Educação Patrimonial;
- Dar continuidade à Comissão de Acompanhamento do Empreendimento, com a participação de representantes da empresa e atores sociais envolvidos, representantes dos municípios existentes na área de influência do empreendimento;
- Implementar Projeto de Fontes Autônomas de Energias Renováveis apresentado pela empresa, buscando conciliar a proposta mais viável ambientalmente e economicamente.

1.3. Questões regulatórias

Os contratos de reserva de energia de todas as Centrais Eólicas foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos. O prazo inicial para início das operações era a partir do mês de julho de 2014. Em 30 de junho de 2014, a Companhia protocolizou junto à ANEEL um pedido de alteração do cronograma físico de implantação das centrais geradoras eólicas e solicitação de excludente de responsabilidade, reprogramando os prazos para entrada em operação comercial das centrais eólicas. Posteriormente, a Companhia protocolizou outros três pedidos de postergação de prazo junto à ANEEL, abaixo seguem as datas estimadas:

- Primeiro Pedido de Postergação de Prazo – 30/06/2014

Central Eólica Angical S.A	01/09/2014
Central Eólica Caititu S.A.	01/11/2014
Central Eólica Coqueirinho S.A.	01/11/2014
Central Eólica Corrupião S.A.	01/09/2014
Central Eólica Inhambu S.A.	01/09/2014
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	01/11/2014
Central Eólica Teiú S.A.	01/09/2014

- Segundo Pedido de Postergação de Prazo – 05/08/2014

Central Eólica Angical S.A	15/10/2014
Central Eólica Caititu S.A.	20/02/2015
Central Eólica Coqueirinho S.A.	25/02/2015
Central Eólica Corrupião S.A.	01/10/2014
Central Eólica Inhambu S.A.	01/12/2014
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	15/02/2015
Central Eólica Teiú S.A.	01/11/2014

- Terceiro Pedido de Postergação de Prazo – 22/09/2014

Central Eólica Angical S.A	01/11/2014
Central Eólica Caititu S.A.	01/02/2015
Central Eólica Coqueirinho S.A.	01/02/2015
Central Eólica Corrupião S.A.	01/11/2014
Central Eólica Inhambu S.A.	01/12/2014
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	01/02/2015
Central Eólica Teiú S.A.	01/11/2014

- Quarto Pedido de Postergação de Prazo – 29/12/2014

Central Eólica Angical S.A	01/03/2015
Central Eólica Caititu S.A.	01/06/2015
Central Eólica Coqueirinho S.A.	01/06/2015
Central Eólica Corrupião S.A.	01/03/2015
Central Eólica Inhambu S.A.	01/04/2015
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A	01/06/2015
Central Eólica Teiú S.A.	01/03/2015

Adicionalmente ao pedido de prorrogação, a Companhia também pleiteia:

- O reconhecimento de que o atraso na implantação decorreu de fatores alheios à gestão do projeto;
- Que o período de concessão seja adiado no mesmo prazo dos termos iniciais e final dos Contratos de Energia de Reserva (CER);
- Que, acatado o pedido da nova data de suprimento proposta, sejam afastadas todas as penalidades decorrentes do atraso.

Com base no Memorando nº. 534 da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) de 11 de agosto de 2014 e na nota técnica da nº 477 da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG), em 16 de dezembro de 2014, a ANNEL expediu o Despacho nº 4.828, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2014, indeferindo o pleito da Companhia.

Em 29 de dezembro de 2014, a assessoria jurídica da Companhia ingressou com um “Pedido de Reconsideração” do Despacho 4.828, ratificando suas argumentações apresentadas anteriormente, que se baseavam principalmente, nos seguintes pontos: (I) Necessidade de desmembramento da Licença de Localização pelo INEMA, por força de que a licença original para instalação do parque eólico, abrangia outros parques que não sagraram-se vencedores do leilão; (II) O INEMA demorou 6 meses para a realização do desmembramento e emissão das novas licenças; (III) Em dezembro de 2011 foi aprovada a Lei Estadual nº 12.377 que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, que inseriu novas condicionantes para obtenção das licenças; (IV) Em maio de 2012, a edição do novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651) trouxe inúmeras modificações na legislação ambiental, passando a exigir o cadastramento ambiental rural para a regularização da Reserva Legal das propriedades que compõe o parque eólico.

Passados 5 meses, em 17/10/2012 houve a regulamentação desta exigência que obrigou aos empreendimentos adquirir em propriedades para atender às novas regras; (V) Somente em fevereiro de 2013 o INEMA solicitou aos empreendimentos o material complementar para fins de emissão das LIs, isto já em data posterior ao marco estabelecido inicialmente para obtenção destas licenças, e (VI) Em 02/05/2013 o INEMA comunicou que não havia mais pendências para a emissão das LIs. Entretanto, somente em 26/07/2013 os Parques Angical, Caititu, Corrupião e Inhambu tiveram suas licenças emitidas com 189 dias de atraso. Teiu obteve as licenças em 04/08/2013 (198 dias de atraso) e finalmente em 14/02/2014, Coqueirinho e Tamanduá Mirim obtiveram suas licenças com 392 dias de atraso.

Além da ratificação dos pontos acima, fatos novos foram inseridos nas argumentações, sendo os principais pontos, as recentes decisões proferidas pela ANEEL em casos similares ao da Companhia - Despachos nº 3764 e nº 4.827 e Resoluções Autorizativas nº 4.965 e nº 4.464 e, o fato da omissão nos pareceres da SFG e SCG do atraso da emissão da Autorização de Supressão Vegetal (ASV) pela autoridade ambiental.

De acordo com a Resolução ANEEL nº 63/2004, o descumprimento de cronogramas, obrigações e encargos decorrentes da autorização, implicariam, numa situação extrema, na Revogação da Outorga e, sem prejuízo das penalidades previstas no CER, o artigo 14 da referida Resolução da ANEEL estabelece multas que variam de 0,01% até 2%, sobre o valor do faturamento contratado e não cumprido.

Com relação às penalidades constantes no Contrato de Energia de Reserva (CER), Clausulas 4ª, subitem 4.5 e na Clausula 10ª e seus subitens, estipula o montante a ser pago de penalidade. Ainda, no caso de uma decisão negativa da ANEEL, para o pedido de extensão do prazo de concessão, a perda de faturamento afetaria a taxa de retorno do projeto.

A Administração, com base na opinião legal de seus assessores jurídicos, que formularam o Pedido de Postergação da Data de entrada em Operação Comercial e da Data de início de Suprimento dos Contratos de Energia de Reserva, entende que este atraso está relacionado a motivo de força maior e, portanto, não haverá penalidades a serem atribuídas ao Grupo BW Guirapá. Também continua confiante de que as argumentações acima resumidas estão baseadas em documentos contundentes que caracterizam que as alterações na legislação de âmbito federal e estadual e a morosidade do órgão ambiental evidenciam a circunstância alheia ao poder de gestão do empreendedor e, esperam, um parecer favorável e conciliador da ANEEL, no âmbito administrativo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos para negociação (nota explicativa nº 4) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

b) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e perdas para redução do valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Adiantamentos concedidos a fornecedores;
- (iii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iv) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado; e
- (v) Custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, levando em consideração a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 6 - Imobilizado.

c) Intangível

Inclui os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos são capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato.

O ativo é amortizado de acordo com a política aplicável para cada ativo. Para os contratos financeiros, inicialmente, o investimento está reconhecido pelos custos incorridos durante a construção do empreendimento. Nesses casos, o saldo será amortizado pelo período remanescente dos respectivos contratos após a entrada em operação do parque eólico.

d) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Companhia analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo (*impairment*) para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente, o imobilizado e o intangível utilizados nas suas operações. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente a vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

e) Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas dos balanços (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras, ou capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

f) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Companhia se comprometer a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia correspondem ao seu caixa e equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira). As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e em consequência, criará uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação.

A Companhia baixa os passivos financeiros quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

Os passivos financeiros da Companhia compreendem os valores a pagar aos fornecedores (nota 8) e o saldo das debêntures (nota 9).

g) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 6).
- Intangível (nota explicativa nº 7).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 12).
- Provisão para custo socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 10)

h) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, quando aplicável.

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes para Companhia.

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;

- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
 - IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
 - Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
 - Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
 - Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agriculturas: Plantas produtivas (3)
 - Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
 - Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
 - Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)
- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.
 - (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
 - (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
 - (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
 - (5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e depósito bancário à vista	<u>16</u>	<u>16</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras, no valor de R\$4 (R\$12.469 em 2013), estava atrelado ao Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Referenciado DI Special, administrado pelo Banco Bradesco S.A., indexados à variação média de 99% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

6. IMOBILIZADO

	Taxas anuais depreciação-%	2014		2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10%	67	(12)	55	50
Imobilizações e Equipamentos em andamento (a)	-	94.547	-	94.547	54.117
Contratos de obras e equipamentos em andamento (b)	-	7.959	-	7.959	221
Capitalização de juros (c)	-	9.722	-	9.722	2.597
Desmobilização, desmontagem de bens e custos socioambientais	-	<u>3.668</u>	<u>-</u>	<u>3.668</u>	<u>1.083</u>
		<u>115.963</u>	<u>(12)</u>	<u>115.951</u>	<u>58.068</u>

(a) As imobilizações e equipamentos em andamento compreendem os adiantamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos para a construção dos parques eólicos. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 destas demonstrações financeiras, a entrada em operação de todos os parques está prevista para ocorrer ao longo do exercício de 2015, quando dará início a depreciação dos ativos imobilizados.

(b) Compreendem as provisões de pagamentos a fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos, mas ainda não faturados, para a construção dos parques eólicos.

(c) Os encargos financeiros decorrentes da emissão de debêntures, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras apurados pelo investimento de parte desses recursos, foram capitalizados no imobilizado da Companhia, visto que foram utilizados exclusivamente para a construção do parque eólico. Esses encargos financeiros serão amortizados quando do início da operação dos parques, limitados ao prazo de concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

<u>Custo</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>31.12.2014</u>
Máquinas e equipamentos	56	-	56	11	67
Imobilizações e equipamentos em andamento	7.764	46.353	54.117	40.430	94.547
Contratos de obras e equipamentos em andamento	-	221	221	7.738	7.959
Capitalização de juros	-	2.597	2.597	7.125	9.722
Provisão desmobilização	-	-	-	2.504	2.504
Provisão custos socioambientais	-	<u>1.083</u>	<u>1.083</u>	<u>81</u>	<u>1.164</u>
Total do custo	<u>7.820</u>	<u>50.254</u>	<u>58.074</u>	<u>57.889</u>	<u>115.963</u>
<u>Depreciação</u>					
Máquinas e equipamentos	-	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>(12)</u>
Total da depreciação	-	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>	<u>(12)</u>
Total do imobilizado líquido	7.820	50.248	58.068	57.883	115.951

Em 2014, a Companhia acessou os indicadores de *impairment* do ativo imobilizado e não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de teste de provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

7. INTANGÍVEL

	<u>2014</u> <u>Custo</u>	<u>2013</u> <u>Custo</u>
Direitos de uso de áreas rurais (a)	896	348
Capitalização de juros	<u>78</u>	<u>11</u>
	<u>974</u>	<u>359</u>

(a) referem-se aos contratos de cessão de direito de uso, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

8. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

<u>Principais fornecedores</u>	<u>Equipamento/Serviço</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
GE Wind	Aerogeradores	4.028	-
Consortio Grupo Darcy Pacheco/Eum South	Montagem Aerogeradores	168	-
CONFER / Aggreko	Obras civis	4.298	221
Consortio Alstom / SIMM/SCHNEIDER	Subestação Ambientais	20	-
Bioconsultoria / Rally Construções	/Reassentamento	66	-
Diversos	Meio Ambiente	<u>154</u>	<u>-</u>
		<u>8.734</u>	<u>221</u>

9. DEBÊNTURES

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração das Centrais Eólicas aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações, no valor total de R\$73.400, dividida em 4 parcelas em 20 de agosto, 20 de setembro, 20 de outubro e a 4ª parcela em 20 de dezembro de 2013 a qual teve a data de liquidação repactuada para 14 de março de 2014.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20/08/2014, quando ocorreu o vencimento das debêntures.

Em 18 de agosto de 2014, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, repactuando o vencimento para 20 de agosto de 2015. Foi também alterado a taxa de juros remuneratórios, que passou de 1,55% aa, para 1,20% aa, a partir de 20/08/2014.

Os recursos obtidos por cada Central Eólica com a oferta estão sendo utilizados na construção dos parques eólicos. As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, dispensada do registro perante a CVM, sob o regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 476 e do contrato de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As debêntures foram registradas para negociação no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos por meio do Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A seguir a mutação dos saldos de debêntures:

	<u>Quantidade</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	-	58.584	-
Emissão em 20/08/2013	43.800	-	43.800
Emissão em 20/09/2013	3.600	-	3.632
Emissão em 18/10/2013	9.000	-	9.154
Emissão em 14/03/2014	17.000	18.057	-
(-) Custos de emissão a apropriar	-	(455)	(474)
Amortização de custos de emissão - capitalizada	-	455	474
Juros provisionados - capitalizados	-	<u>9.044</u>	<u>1.998</u>
Totais	<u>73.400</u>	<u>85.685</u>	<u>58.584</u>

Garantia Real: (I) Foram concedidas as ações de emissão das Centrais Eólicas de titularidade da BW Guirapá, bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação das Centrais Eólicas; (II) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto; (III) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios; e (IV) cessão fiduciária dos recursos existentes na conta de recebimento de titularidade da BW Guirapá.

Garantia Fidejussória: A BW Guirapá é responsável por todas as obrigações pecuniárias assumidas pelas Emissoras nos termos da Escritura.

10. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração das Centrais Eólicas, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação.

Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para custos socioambientais é de R\$1.164 (Em 2013 R\$1.083) no passivo não circulante.

Custo de desmobilização de ativos

As Centrais Eólicas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta provisão para desmobilização de ativos é de R\$2.504 no passivo não circulante. O total da provisão para desmobilização e para custos socioambientais somam R\$3.668.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito da Companhia é de R\$28.755 (R\$11.885 em 2013), sendo R\$7.160 a integralizar, composto por 280.355 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pela BW Guirapá I S.A.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
NUMERADOR		
Prejuízo do exercício	(1.749)	(685)
DENOMINADOR		
Média ponderada das ações	<u>109.413</u>	<u>66.712</u>
Prejuízo por lote de mil ações básico	<u>(15,99)</u>	<u>(10,27)</u>

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Não é prática da Companhia, contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	Valor contábil e valor justo	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e depósitos bancários à vista	16	16
Aplicações financeiras	4	12.469
<u>Passivos financeiros:</u>		
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado		
Fornecedores	8.734	221
Debêntures	85.685	58.584

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Os ativos financeiros, possuem as seguintes classificações: (I) empréstimos e recebíveis; (II) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (III) mantidos até o vencimento; e (IV) disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia somente possuía ativos financeiros na Categoria II (Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras).

b) Passivos financeiros:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures e aplicações em reais.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de debêntures.

d) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

e) Análise de Sensibilidade para exposição de taxa de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2015: CDI (12,75%)

Operação	Exposição 31/12/2014	Risco	Impacto	Cenários		
				Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Debentures	(85.685)	Alta do CDI	Resultado	(10.924)	(13.655)	(16.386)

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A., contra riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, garantia ao fornecedor e garantia do fiel cumprimento do leilão no montante de R\$538. A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

(*) A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

14. DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía processos judiciais, que baseados na opinião dos seus assessores jurídicos demandassem provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras.

15. ARRENDAMENTO DE TERRAS

Em 31 de dezembro de 2014, as 59 propriedades arrendadas para implementação dos 7 parques eólicos controlados pela BW Guirapá I S.A., descritos no contexto operacional, estão regularizadas no Registro Geral de Imóveis.

Os contratos de arrendamento operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 35 anos e preveem o pagamento anual de R\$89, o que equivalente a 0,74% da energia gerada. O reajuste será realizado com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuiu saldo de operações mantidas com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2014 foi efetuado pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Encargos financeiros capitalizados	9.044	1.998
Provisão para fornecedores	8.513	221
Integralização de capital com AFAC	-	2.559
Provisão para desmobilização	2.504	-
Provisão para custos sócio-ambientais	81	1.083

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 27 de abril de 2015.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de fevereiro de 2015 a Companhia ingressou com um Pedido de Reconsideração ao despacho da ANEEL nº 4.828/2014, o qual indeferiu o pleito de excludente de responsabilidade no atraso do cronograma de conclusão e entrada em operação do parque eólico.

A Administração entende que o atraso está relacionado à motivos de força maior e, portanto, não haverá penalidades a serem atribuídas ao Grupo BW Guirapá, como também continua confiante de que as argumentações estão baseadas em documentos contundentes que caracterizam que as alterações na legislação de âmbito federal e estadual e a morosidade do órgão ambiental evidenciam circunstâncias alheia ao poder de gestão do empreendedor.

Em 31/03/2015 foi renovada a vigência da apólice para 12/10/2015, mantendo-se os mesmos valores de cobertura.
